

# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 1

## AS CRIANÇAS NÃO NASCEM AOS SETE ANOS



Maria Malta Campos: A  
responsabilidade pelas novas  
gerações é da coletividade, não é  
apenas das famílias individualmente.



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 2

*“As crianças ainda não são vistas como protagonistas nem como sujeitos de direito”. Esta é a opinião da pedagoga Maria Malta Campos, professora da pós-graduação em Educação e Currículo na PUC/SP. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à Presente!, Maria fala do seu trabalho e atuação em torno das políticas públicas para a educação infantil e, apoiada neles, declara que “... as políticas sociais no Brasil apresentam um viés antipobre e anticriança pequena”. Aqui, a pesquisadora da Fundação Carlos Chagas conta como foi feita a Consulta sobre a qualidade da educação infantil, destaca alguns dos seus resultados e indica, para quem desejar saber mais sobre essa pesquisa, a versão preliminar do relatório final, que pode ser encontrada no site da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – [www.campanhaeducacao.org.br](http://www.campanhaeducacao.org.br). Bastante cuidadosa, Maria – mãe e avó (como faz questão de lembrar) – comenta os efeitos do Ensino Fundamental de nove anos sobre a Educação Infantil e prega um pacto social: “ A responsabilidade pelas novas gerações é da coletividade, não é apenas das famílias individualmente”.*

**PRESENTE!** – A senhora é licenciada em Pedagogia e fez doutorado em Sociologia. O que a levou a estudar, pesquisar, sobre a Educação Infantil?

**MARIA** – Foi uma série de circunstâncias. No mesmo ano em que dei início a minha pós-graduação no Curso de Sociologia da USP, sob orientação da professora Aparecida Joly Gouveia, comecei a trabalhar como auxiliar de pesquisa na Fundação Carlos Chagas, em projeto coordenado pela psicóloga Ana Maria Poppovic.

Foi com ela e seu grupo que me iniciei na pesquisa. Esse projeto tinha como tema a “marginalidade cultural” das famílias de crianças em idade pré-escolar das camadas populares, tida como uma das causas do fracasso escolar dessas crianças nas primeiras séries do ensino fundamental. Depois de alguns anos neste projeto, como eu também participava de grupos de estudo sobre a situação da mulher, fui chamada para preparar um depo-



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 3

imento sobre a situação das creches no Brasil para uma comissão do Congresso Nacional. Como não havia quase nada produzido sobre esse tema entre nós, acabei sendo muito solicitada para dar apoio aos grupos de mulheres que lutavam por creche no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, inclusive no recém-criado Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, onde também atuei. Ao mesmo tempo, estava realizando uma pesquisa, que acabei utilizando para a minha tese de doutorado, sobre movimentos sociais que lutavam por escola em dois bairros de São Paulo (pesquisa desenvolvida com a colaboração da socióloga Marlene Goldenstein). Então, creio que essa interface entre a experiência de pesquisa sobre crianças de pré-escola na equipe de Popovic e a interação com os movimentos de mulheres na área de creches, mais a fundamentação sobre movimentos sociais na sociologia, acabaram por trazer-me para o campo que hoje chamamos de educação infantil. A partir do início de 1980, iniciei longa parceria com Fúlvia Rosemberg, também na Fundação Carlos Chagas, onde participamos de diversos projetos que associavam a pesquisa à intervenção na educação da criança pequena. Na ANPed (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), fui a primeira coordenadora do grupo de trabalho sobre educação pré-escolar (chamava-se assim). Esse grupo foi muito ativo durante a Constituinte e no debate sobre a nova LDB. Do mesmo modo, desde 1985, trabalho como professora na pós-graduação em Educação da PUC de São Paulo, onde tenho orientado várias dissertações e teses sobre esse tema. Por tudo isso, meu foco tem sido mais nas políticas públicas do que nas questões pedagógicas, embora eu também me interesse por elas, é claro.

**PRESENTE!** – Qual era o foco do movimento de mulheres e que contribuição ele trouxe para a educação da criança pequena?

**MARIA** – Em meados dos anos setenta no Brasil, os movimentos de mulheres eram basicamente de dois tipos: os grupos de feministas mais intelectualizadas – alguns deles ligados a partidos de esquerda, na época ilegais, compostos por muitas mulheres exiladas que depois retornaram ao país – e grupos de mulheres que se declaravam “não feministas”, organizadas nas periferias da cidade, tanto em grupos ligados à Igreja Católica, nos chamados clubes de mães e nas comunidades eclesiais de base, como em grupos ligados a sindicatos e a partidos de esquerda na clandestinidade. Esses grupos populares muitas vezes mantinham creches comunitárias em seus bairros e lutavam por recursos e melhorias para elas.



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 4

A primeira vez que esses dois tipos de grupo se integraram foi nos famosos Congressos da Mulher Paulista, realizados em São Paulo na virada da década de 80, e a primeira reivindicação comum aos dois grupos foi a creche.

**PRESENTE!** – Por que a creche?

**MARIA** – A creche nos locais de moradia e de trabalho era colocada como uma política social que permitiria que a mulher, mãe de crianças pequenas, participasse integralmente da vida pública, tanto no mundo do trabalho como nas esferas política, cultural e de lazer. Ou seja, não era apenas uma exigência visando a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, mas uma condição para a sua emancipação como ser humano. A educação da criança era considerada pelo movimento como sendo de responsabilidade coletiva da sociedade e não apenas responsabilidade da mãe. Havia um cartaz nas passeatas que dizia: “O filho não é só da mãe”. Então a proposta da creche vinha com uma definição completamente diferente daquela que existia na área da assistência social e também diferente da concepção de educação pré-escolar que havia na educação. Corresponhia a uma necessidade social mais ampla e fazia parte de um projeto de sociedade onde a mulher teria uma participação em condições de igualdade com o homem.

A incorporação dessa demanda ao campo da educação sempre foi difícil. No interior da ANPEd, existiam muitos debates sobre essa proposta e uma resistência muito grande de quem defendia a prioridade ao ensino fundamental e achava que a incorporação da creche tiraria recursos de etapas consideradas mais importantes na educação. A creche acabou sendo incluída na Constituição e na LDB como um direito à educação, mas eu acredito que a pressão veio muito mais dos movimentos de mulheres e do campo da defesa dos direitos da criança e do adolescente do que da área educacional.

**PRESENTE!** – Essa resistência em relação à creche por parte da área educacional, ainda persiste? Por quê?

**MARIA** – Até hoje essa dificuldade existe, como vimos na exclusão da creche no projeto inicial do Fundeb, que saiu do MEC, e na forma como os órgãos de educação têm tratado esse atendimento nos municípios e estados.

Por exemplo, uma das constatações da comissão da UNESCO e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos), que realizou um diagnóstico sobre a



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 5

educação infantil no país e da qual eu participei, foi que os cursos de formação de professores, tanto no nível médio como no nível superior, não incluem o desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos de idade nem as práticas de trabalho em creche nos seus currículos e estágios. Esses cursos deveriam estar sendo supervisionados pelos estados, mas não existe nos órgãos responsáveis essa preocupação nem a consciência de que essa omissão possa ter conseqüências graves para a qualidade do atendimento.

Outra dificuldade é a forma como a área de educação, inclusive as professoras e educadoras, lida com as necessidades das famílias das crianças, rotulando tudo que se refere a isso como sendo “assistencial” (esquecendo-se de que a assistência também é um direito definido pela Constituição) – o que imediatamente retira dessas considerações qualquer legitimidade e impede que o atendimento responda tanto às necessidades da criança na instituição como às condições de sua convivência na família e aos direitos de cidadania dos pais. Assim, por exemplo, não há flexibilidade nos horários de freqüência às creches e pré-escolas, a comunicação com as famílias é truncada, com desconfianças de parte a parte, no lugar de um trabalho de verdadeira cooperação entre a instituição, a família e a comunidade.

**PRESENTE!** – Passadas mais de duas décadas, a sociedade tem a compreensão de que “o filho não é só da mãe”?

**MARIA** – Pesquisas recentes têm demonstrado que alguns valores e atitudes estão mudando, especialmente nos casais mais jovens de classe média, com os pais assumindo um papel mais ativo na educação dos filhos pequenos. Mas essas mudanças ainda não foram generalizadas na sociedade. Entre nós, ainda é muito mais fácil convencer os políticos e gestores sobre a importância da creche com base em argumentos que chamam a atenção para a situação de pobreza das crianças e os riscos que elas correm se não forem atendidas do que com base nos direitos da mulher-mãe. Da mesma maneira, é mais fácil convencer economistas e educadores de que a pré-escola é importante porque ajuda a evitar o futuro fracasso escolar das crianças do que enfatizar a importância da pré-escola para o desenvolvimento, a socialização e a felicidade das crianças no presente. Até no campo da pesquisa existe esse pé atrás! Se alguém está fazendo uma pesquisa sobre o ensino fundamental, não precisa ficar provando o tempo todo que esse ensino não faz mal às crianças. Mas, no caso das pesquisas sobre creche, por exemplo,



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 6

mesmo no exterior, geralmente uma das preocupações é provar que as crianças não estão sofrendo prejuízos – existe sempre implícito o pressuposto de que elas estariam melhor se ficassem com as mães em casa.

**PRESENTE!** – Atualmente, qual é o nível da relação entre pobreza e primeira infância?

**MARIA** – A incidência da pobreza em nosso país é maior justamente nas famílias com crianças pequenas, como mostram os dados do IBGE. Por outro lado, como um estudo na área de economia indica, as políticas sociais no Brasil apresentam um viés antipobre e anticriança pequena, ou seja, a maior parte dos recursos sociais – da previdência, da saúde, da educação – vão para as pessoas mais velhas e para as pessoas menos pobres. Então, as crianças pequenas são duplamente discriminadas: tanto pelas condições sociais e econômicas como pelas políticas que deveriam estar amenizando essas condições.

**PRESENTE!** – A inclusão da creche na nova versão do Fundeb pode significar um novo viés das políticas sociais?

**MARIA** – Espero que sim! Agora, se não for conseguido um aporte adicional substantivo de recursos, principalmente federais, a gente corre o risco de ter de “esticar o mesmo cobertor” para mais gente na educação infantil e no ensino fundamental, o que seria desastroso.

**PRESENTE!** – Voltando às pesquisas sobre creche, nelas também está implícito o conceito que a sociedade tem de infância, não é mesmo? Como enxergamos a criança na contemporaneidade?

**MARIA** – As crianças ainda não são vistas como protagonistas nem como sujeitos de direito. Nossas cidades são construídas sem que se leve em conta a sua presença – por exemplo, quanto à circulação de crianças a pé, aos espaços de lazer, à segurança – as escolas são construídas sem que se atente para a perspectiva das crianças – por exemplo, quanto à altura das janelas, espaços para recreação, altura das prateleiras. Curiosamente, elas já foram incorporadas como consumidoras, sem nenhuma proteção legal: são bombardeadas com apelos ao consumo de alimentos não saudáveis, de brinquedos que não podem comprar, de programas de televisão que as desrespeitam. No caso da creche, o estigma de uma instituição voltada para a pobreza pesa mais ainda.



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 7

“Se é para pobre, qualquer coisa serve”, o que a gente também verifica nas escolas públicas que atendem aos bairros populares.

**PRESENTE!** – Como foi realizada a recente pesquisa “Consulta sobre a qualidade da educação infantil” da qual você participou?

**MARIA** – Essa pesquisa, coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pelo MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil), financiada pela Save the Children, com apoio da Fundação Carlos Chagas, procurou escutar professores, diretores e/ou coordenadores, funcionários, pais de crianças usuárias de creches e pré-escolas, pais da comunidade cujos filhos entre 0 e 6 anos não freqüentavam a instituição e líderes da comunidade de 52 instituições de educação infantil públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, das capitais e do interior de quatro estados – Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul –, sobre suas concepções a respeito da qualidade da educação infantil. Para isso, levantamos questões como “Para que serve a creche/pré-escola?” , “Como seria uma boa creche/pré-escola?”.

**PRESENTE!** – E as crianças? Como participaram?

**MARIA** – As crianças também foram ouvidas, através de uma estratégia especialmente desenvolvida para essa pesquisa, em grupos de cinco entre 5 e 6 anos de idade, uma por instituição visitada. Esses dados foram analisados por Silvia Vieira Cruz, da Universidade Federal do Ceará. Mostram que as crianças entendem muito bem quais são os objetivos da creche ou pré-escola na perspectiva dos adultos e quais são suas próprias expectativas e desejos sobre essas instituições. Os brinquedos e os alimentos “gostosos” aparecem com grande destaque nas falas infantis. As crianças também mostraram interesse em ver suas escolas limpas e bonitas. O que mais as desgosta são as agressões entre colegas e das professoras em relação a elas. O prazer de aprender também está presente, com menções a materiais didáticos, livros e atividades pedagógicas. Elas revelam estar cientes sobre as necessidades das famílias: sabem que as instituições de educação infantil são importantes para os pais terem onde deixar seus filhos durante seu período de trabalho e também para ajudar na alimentação e educação deles.

**PRESENTE!** – O que destacar dos resultados dessa pesquisa?



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 8

**MARIA** – As conclusões dessa pesquisa são bastante abrangentes, tocando nos dados que emergem dos perfis das instituições e dos entrevistados e de suas opiniões sobre diversos aspectos da educação infantil, desde seus objetivos educacionais mais amplos até as condições de funcionamento cotidiano das instituições. Uma das conclusões é que as concepções sobre qualidade são bastante dinâmicas; refletem a herança do passado – de cunho assistencial para as creches e preparatório ao ensino fundamental, no caso das pré-escolas – mas também já incluem as concepções divulgadas nos meios universitários e nos movimentos sociais. As mães e pais entrevistados, na maioria pessoas de baixa renda e pouca escolaridade, enfatizaram muito o critério “cuida bem da criança”. É claro que tanto as creches como as escolas deveriam cuidar bem das crianças, no sentido da garantia de sua proteção, bem-estar e respeito a seus direitos básicos. Foram os adultos das equipes, principalmente professores e diretores, que mais enfatizaram o papel formador da educação infantil, tanto nos aspectos pedagógicos como na dimensão comportamental e de valores, como a cidadania. Os pais também mencionaram esses aspectos, mas da sua maneira, por exemplo, comentando como seu filho havia aprendido a dividir as coisas com as outras crianças.

**PRESENTE!** – Quais são os indicadores de qualidade da creche e os critérios para um bom atendimento?

**MARIA** – Internacionalmente, os indicadores utilizados geralmente podem ser agrupados nos seguintes aspectos: formação dos professores, currículo/programação pedagógica, infra-estrutura material, proporção adulto/criança e relação com as famílias. Entre nós ainda não existem indicadores definidos em lei, a não ser a exigência de formação dos professores ao menos no curso de magistério. O que existem são documentos oficiais que apontam as condições que devem existir nas instituições de educação infantil. Mas sabemos que a fiscalização é muito inoperante e não existem penalidades para quem não segue esses parâmetros. Recentemente, o MEC divulgou o documento Parâmetros de qualidade para a educação infantil, de cuja elaboração participei como assessora, junto com Maria Lúcia Machado. Esse documento pretende subsidiar os agentes públicos e privados quanto às novas exigências legais para os estabelecimentos de educação infantil. É importante para fundamentar os sistemas na adoção de indicadores de qualidade que permitam o monitoramento dos serviços existentes, tanto públicos como privados.



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 9

**PRESENTE!** – Ampliar de 8 para 9 anos a duração do Ensino Fundamental tem algum efeito imediato sobre a Educação Infantil?

**MARIA** – Essa foi uma medida tomada precipitadamente, sem preparação e esclarecimentos suficientes para as redes, equipes e pais. Não está errada (na maioria dos países a idade de ingresso no primário é mesmo 6 anos), mas, da forma como está acontecendo, anda criando muita perturbação e desorientação nos sistemas. Nesse sentido, em um primeiro momento, pode prejudicar a educação infantil. A médio prazo, pode contribuir para universalizar o atendimento aos seis anos.

**PRESENTE!** – As escolas públicas estão preparadas para receber as crianças de seis anos no Ensino Fundamental?

**MARIA** – Pelo que tenho ouvido, não. É preciso evitar a antecipação da reprovação para os 6 anos, o que seria desastroso. Muitos sistemas ainda não adotaram os ciclos de aprendizagem e isso é um sério risco. Por outro lado, seria preciso criar condições nas escolas para essa incorporação das crianças menores, tanto em relação à capacitação dos professores como quanto a condições materiais (salas, tipos de mobiliário, espaços externos), número de alunos por classe, apoio pedagógico, etc.

**PRESENTE!** – Qual deve ser, portanto, o compromisso do Estado, da escola, da família, enfim, da sociedade, para com as suas crianças?

**MARIA** – Idealmente, penso que o compromisso deveria se iniciar com a oferta a todos de informações e meios para uma paternidade e uma maternidade responsável, o que ainda não existe no país. Já nesse aspecto, o papel do Estado é muito importante, tanto na área da saúde como na educação. Segundo, é preciso que a sociedade, como um todo, se dê conta de que as crianças não nascem aos setes anos. Antes desta idade, já viveram um período importantíssimo de suas vidas e muitas vezes sem as oportunidades para um desenvolvimento pleno e feliz. A responsabilidade pelas novas gerações é da coletividade, não é apenas das famílias individualmente. Educar os filhos em casa, educar as crianças em uma creche ou escola, não é nada fácil nos dias de hoje. Todos precisam de apoio e orientação, e não me refiro apenas às camadas mais pobres. Os meios de comunicação de massa poderiam ter um papel importante na construção dessa consciência sobre a infância, mas infelizmente, no Brasil, são espaços desperdiçados, quando não abertamente nocivos aos interesses da crian-



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 10

ça, com raras exceções. As escolas, por sua vez, ainda precisam caminhar muito para serem dignas das crianças que temos. Precisam se tornar mais interessantes, mais vivas, mais preocupadas, mais abertas. Hoje é comum encontrarmos situações em que as crianças estão mais à frente dos seus professores em muitos aspectos, pois são mais curiosas, mais abertas para o mundo. Há situações mais tristes ainda, em que a escola se limita a cercar todas as oportunidades de novas aprendizagens e tolher todos os espaços para novas experiências das crianças. Seria preciso que a formação em serviço dos educadores os ensinasse a observar e ouvir melhor seus alunos e lhes ajudasse a recuperar a criança que algum dia morou dentro deles e delas. ✕

Entrevista realizada por Zulamar Aurélio, coordenadora Editorial da *Presente!* revista de educação do Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica – CEAP, nº 54, páginas 5 a 10, em setembro de 2006.